

# O ASSASSINATO DO POMBAL

JOAQUIM SÁ COUTO  
2024

Todo o conteúdo deste livro é ficcional e qualquer referência a pessoas, instituições, lugares e eventos, apenas tem finalidade literária e não tem qualquer relação com a realidade.

Copyright © Joaquim Sá Couto 2024

## Agradecimentos

Agradeço à Isabel Baleizão e ao João Pereira da Silva todos os incentivos e comentários ao meu manuscrito, assim como a ajuda na revisão-  
Bem hajam



## **O ASSASSINATO DO MARQUÊS DE POMBAL**

*“O governo de um homem, por um homem e para um homem, é a biografia do Pombal”*

1.

A minha família comemora hoje, dia 6 de setembro de 1871, o centenário do assassinato do Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, um escroque abominável e o maior patife que já governou Portugal. É uma comemoração particular e secreta porque só nós conhecemos o autor deste feito audacioso, que pôs fim à ditadura mais violenta e discricionária a que os portugueses já estiveram submetidos.

O homem que terminou com a carreira nefasta do valido de D. José I, atuando em legítima defesa da Pátria e por alma das suas milhares de vítimas foi o meu bisavô Joaquim Toscano. Uma honra que nos enche o peito de orgulho, mas que a minha família nunca partilhou por receio de represálias e de arrastarem o nosso nome pela lama da porca da política.

O meu bisavô, Joaquim Toscano, era capitão do exército e responsável pela segurança pessoal do Marquês, por comandar um esquadrão de dragões que o acompanhavam a pé e de espadas desembainhadas, quando se transportava na sua sege.

A grande oportunidade surgiu no dia 6 de setembro de 1771, quando um fulano claramente enlouquecido, de trajas andrajosos, se aproximou da sege e arremessou um paralelo à figura do Marquês. Logo contarei os pormenores desta ocorrência, revelando apenas que foi relatada pessoalmente pelo meu bisavô à mulher, Maria Toscana, sob jura de eterno segredo.

O Sr. capitão Joaquim Toscano não era um insurreto, muito pelo contrário. Tinha passado por um colégio de jesuítas, por empenho de D. Leonor de Távora e escalado a pulso a hierarquia militar, pela sua disciplina e coragem.

A revolta do meu bisavô germinou e cresceu pela violência do Marquês, que constatou em primeira mão no Porto durante o levantamento

dos taberneiros, em Belém quando os Távoras subiram ao cadafalso e, sobretudo, na feroz perseguição aos jesuítas, que culminou no confronto com o Papa Clemente XIII, em 1767. Na sua altivez e pesporrência Sebastião e Melo chegou ao ponto de ameaçar invadir o Vaticano e colocar um laçao seu, à força de armas, no trono de S. Pedro.

O meu bisavô, que até então, tinha sido um súbdito exemplar de D. José I e do seu valido, sentiu-se ameaçado na Fé. A sua crença em Deus e o respeito pelo Seu representante na Terra pesava mais do que os dislates do Marquês.

2.

1755

Lisboa sobreviveu a vários terramotos e recuperou sempre a sua fascinante beleza. Em particular, o terramoto de 1531 provocou danos patrimoniais e perda de vidas humanas equiparáveis ao de 1755, mas nenhum ministro

reclamou para si o papel do Salvador, nem se aproveitou da tragédia para benefício pessoal. Sebastião e Melo, porém, descortinou potes de ouro onde outros só viram miséria e teve o arrojo de o propagandear num opúsculo, que viria a publicar, intitulado: *“As Vantagens que o Rei de Portugal pode Obter do Terramoto de 1755”*.

D. José I andava pelas bandas de Belém, nessa manhã de novembro, e escapou com vida ao terramoto, mas borrado de medo não regressou a Lisboa e preferiu instalar-se numa tenda na Ajuda. Sebastião e Melo confortou e amparou o Rei, tornando-se no seu braço direito e homem de confiança.

Quando a poeira assentou, Sebastião e Melo, que D. José I confiava ter sobrevivido, pela Graça de Deus, para engrandecer a Pátria, foi nomeado Primeiro Secretário de Estado — uma espécie de primeiro-ministro, em termos contemporâneos — e passou a governar como ditador absoluto, usurpando, na realidade, o poder real absoluto de D. José I, que sobreviveu tolhido e sem discernimento até à morte (1777).



O meu bisavô, que tinha 16 anos à data do terramoto, era órfão de pai e estava a vender velas à porta da capela do Hospital de Todos-os-Santos enquanto a mãe atendia à missa. Eram 9:30 da manhã.

O primeiro abalo destruiu completamente as instalações do hospital e, no interior da capela, a minha tetravó teve morte imediata.

Apavorado, o meu bisavô esgratou pelos escombros como um zombie até descobrir o corpo despedaçado da mãe. Os circunstantes procuraram desesperadamente por sobreviventes, mas o incêndio que deflagrou de seguida obrigou-os a abandonarem o local.

Aterrorizado e banhado em lágrimas, o jovem Joaquim Toscano atravessou o Rossio e prosseguiu até ao Campo Pequeno onde um grupo numeroso de pessoas se apinhava à porta de um Palácio dos Távoras.

Aproximou-se e viu uma formosa dama, vestida de branco, transportando um saco com pão que

distribuía às desventuradas vítimas do terramoto.

Era D. Leonor, marquesa de Távora, que tinha sido vice-rainha da Índia e que foi das primeiras a acudir às vítimas. Improvisou um hospital numa parte do Palácio e foi uma verdadeira irmã da caridade e enfermeira.

Joaquim Toscano encantado pela beleza e pelo porte de D. Leonor, aproximou-se para pedir pão, mas caiu de joelhos aos pés da marquesa, como se da Virgem Santa se tratasse. D. Leonor logo o ajudou a levantar-se.

— Como te chamas? — inquiriu a marquesa.

— Chamo-me Joaquim.

— A tua família?

— A minha mãe morreu soterrada na capela do Hospital de Todos os Santos e não tenho mais família. Tivemos de fugir por causa do incêndio.

— Estás todo arranhado, entra que vamos ajudar-te — afirmou D. Leonor.

Nesse momento chegou uma rapariga com um cântaro de água fresca para distribuir e D.

Leonor pediu-lhe para ajudar o meu bisavô a limpar as feridas.

— Maria, leva o Joaquim para dentro e ajuda-o a limpar as feridas. Vê se lhe arranjas uma camisa ou um trapo que o agasalhe.

Maria era uma jovem da província que a marquesa tinha acolhido no palácio e que ajudava nas limpezas, por comida e dormida. Tinha a tez morena e o cabelo negro, apanhado num puxo, que revelava um pescoço delicado, e olhos negros de moura, que enfeitiçavam, mas que se furtavam ao contacto por recato ou timidez.

Quis o acaso, para não invocar a mão de Deus, que o meu bisavô, no dia mais funesto da sua vida, se cruzasse com a dama mais bondosa do reino, D. Leonor de Távora, e conhecesse a Maria, que viria a ser a minha bisavó.

3.

“Tout est bien”

O terramoto de Lisboa de 1755 foi sentido por toda a Europa e despoletou acesas polémicas, especialmente após a publicação do poema de Voltaire –“Poème sur le désastre de Lisbonne” (1756).

Figuras proeminentes da Igreja Católica, como o Patriarca de Lisboa D. José Manuel da Câmara e o frade jesuíta Gabriel Malagrida, confessor da rainha Mariana Vitória, propalavam que o terramoto tinha sido um castigo divino pelos pecados humanos.

Voltaire criticou esta perspetiva com sarcasmo: «Lisboa não era mais devassa do que Londres ou Paris», e «que crime, que falta cometeram as crianças?».

O poema é também uma crítica feroz ao otimismo filosófico de Leibniz (1616 – 1746) e de Alexander Pope (1688 – 1744) que Pangloss, no famoso Cândido de Voltaire, resume na frase: «tudo vai pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis».

NÃO! — gritou Voltaire, nem tudo foi pelo melhor no dia 1 de novembro de 1755. Há crueldade no mundo em que vivemos e não adianta implorar pela misericórdia divina, temos é de agir para minorar e aliviar o sofrimento humano. «Temos de cuidar do nosso jardim», concluía Cândido (sátira publicada por Voltaire em 1759).

Sebastião e Melo repudiou o discurso do Patriarca e do jesuíta Malagrida, por espalharem o pânico, e prendeu e desterrou para Angola os que disseminavam as suas ideias, mas não deixou de homologar Providências com os “Actos de sua majestade para aplacar a ira divina”.

A mais ridícula destas Providências exilava para longe da corte (100 km) todos os que viviam em concubinato, juntamente com as suas amantes, isto quando toda a gente sabia que D. José I era amante de uma mulher casada, a leviana D. Teresa de Távora, mulher de Luís Bernardo de Távora.

4.

#### Cuidar do Jardim

A população de Lisboa mobilizou-se de imediato para «Enterrar os mortos, cuidar dos vivos e encerrar os portos», como aconselhou o marquês de Alorna a D. José I. Os nobres abriram os seus palácios aos desalojados, as freiras e os frades abriram-lhes os conventos e todos colaboraram na piedosa tarefa de enterrar os mortos.

Os nobres saíram à rua para ajudar as pessoas aprisionadas nos escombros e colaborar nos enterramentos, sobretudo para dar um exemplo à populaça, apavorada pelas Providências do Pombal.

No domingo, dia 2 de novembro, os meus bisavós saíram para angariar mantimentos para

as dezenas de vítimas “internadas” no hospital improvisado no Palácio dos Távoras.

A devastação da cidade era aterradora, o fogo continuava a consumir edifícios, os cadáveres empilhados sem dignidade aguardavam enterramento em valas comuns, sem quaisquer ofícios religiosos. Os feridos suplicavam a Deus por misericórdia, mas muitos teriam preferido abalar deste mundo a cair naquele Inferno. O dia de Todos-os-Santos tinha-se transformado no dia de Todos-os-Demónios.

Por Providência Real, ergueram-se dezenas de forcas em Lisboa e Sebastião e Melo empoderou os seus caciques para policiarem, julgarem e executarem sumariamente os ladrões e desordeiros que se aproveitassem do caos.

Cerca de 200 enforcados foram deixados a apodrecer, suspensos das forcas por ordem do futuro marquês, para choque e pavor da população. Voltaire comentaria a propósito do punho de ferro da repressão que se seguiu ao terramoto que «Depois da tragédia veio o horror».

Os meus bisavós dirigiram-se em silêncio a um mercado de rua improvisado, não muito distante do Campo Pequeno, e recolheram dois sacos de farinha que transportaram para o Palácio.

Há momentos em que as palavras são inúteis e nada se pode dizer que acrescente ao que os nossos sentidos percebem. A realidade grita e emudece! Os olhares revelam o estado de alma e criam laços perpétuos entre os sobreviventes de tragédias.

Entre as Providências Reais decretou-se a proibição da saída da cidade de todos os trabalhadores braçais e, mais tarde, a mobilização forçada de mão de obra da província para ajudar no desentulho dos escombros.

O Joaquim Toscano permaneceu no Palácio dos Távoras até a vida na cidade retomar um mínimo de normalidade. As lágrimas e a tristeza iam-se desvanecendo dos olhos da jovem Maria, que acabaram por recuperar o seu encantamento. Mesmo nas noites de breu há



sempre pequenas luzes de esperança e o olhar da minha bisavó foi essa luz para o meu bisavô.

A marquesa de Távora tomou a seu cargo encaminhar o Joaquim para um colégio de jesuítas, por empenho ao Malagrida. As alternativas não eram muitas para um órfão destituto e sem familiares; talvez ingressar na Casa Pia, uma instituição que o Intendente Pina Manique tinha criado, e que funcionava no Castelo de S. Jorge, para acolher rufias, marginais e prostitutas.

A estadia do Joaquim Toscano com os jesuítas acabou por ser curta, mas foi determinante para o passo seguinte que foi a entrada para o exército.

5.

## Reconstrução de Lisboa

A reconstrução de Lisboa iniciou-se rapidamente porque os cofres do Estado estavam cheios, mas viria a prolongar-se por muitos anos porque, entretanto, o fluxo de ouro

do Brasil tinha secado e a política fiscal do valido de D. José I, tinha agravado a situação económica de Portugal. A taxa de 4% imposta sobre todas as vendas a retalho em Lisboa, por exemplo, teve um efeito recessivo, criando dificuldades para o comércio local.

Os projetos de reconstrução ficaram prontos a curto prazo, com as propostas inovadoras do arquiteto e urbanista Manuel da Maia e dos arquitectos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel a atraírem o interesse de investidores estrangeiros.

O líder da comunidade alemã de Lisboa, um tal Altenberg, chegou a disponibilizar-se junto de D. José I para organizar um sindicato de investidores, mas retirou a proposta quando o Rei lhe sugeriu falar com o Pombal. «Com o Pombal, não estamos dispostos a trabalhar porque ele é desonesto» — teria retorquido Altenberg.

Tal comentário iria sair-lhe caro, porque quando chegou aos ouvidos do Sebastião e Melo este remeteu-o para o exílio em Angola, onde

Altenberg viria a falecer. «Quem se mete com o Pombal leva!» — poderia dizer-se e os exemplos eram aos montões. Ser inimigo do Pombal era perigoso, mas ser amigo era fatal, especialmente quando o génio ofuscava a mediocridade do tirano.

A reconstrução de Lisboa, por determinação do Pombal, iria ser um monopólio de Estado, com um fartar vilanagem de favorecimentos e compadrios que prejudicaram gravemente o projeto. A única intervenção conhecida do Secretário de Estado foi exigir a total uniformidade das construções, imprimindo, ao traço do Eugénio dos Santos, um estilo militar.

Decorrido mais de um século sobre o terramoto ninguém se recorda do esforço monumental de tantas mãos anónimas, de tantos aristocratas que devotaram as suas vidas e recursos a auxiliar a população espavorida, do talento dos arquitetos (Manuel) da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. A história guardou apenas a imagem do futuro marquês de Pombal, o sábio a quem se atribui o «Enterrar os mortos e cuidar dos vivos» do marquês de

Alorna e o estilo “Pombalino” do Eugénio dos Santos», porque o Sebastião e Melo tudo secava à sua volta para guardar para si os louros e a fortuna.

6.

Carreira militar

Em 1756 o País precisava de soldados, que eram cada vez mais difíceis de recrutar. O meu bisavô espregueitou aí uma oportunidade de carreira, abandonou o colégio e voluntariou-se.

O exército português, sob a responsabilidade do Primeiro Secretário de Estado, o nosso Sebastião e Melo, tinha batido no fundo. O conde de Lippe, que o Pombal viria a recrutar mais tarde (1762), referiu-se aos militares portugueses como “uma cambada de covardes, ignorantes e indisciplinados” e essa descrição era certamente válida em 1755.

Pombal era um crápula, um vigarista que tinha cooptado a coroa portuguesa num momento de grande fragilidade social e política. O seu foco

eram os negócios chorudos e, como estadista, nunca colocou os interesses do País no topo das suas prioridades.

A sua carreira era, até então, uma coleção de fracassos. Frequentou o curso de direito da Universidade de Coimbra, mas chumbou no 1.º ano. Alistou-se no exército, mas não passou de soldado raso. Sebastião e Melo tinha a estrutura mental e a disposição de um pirata, muito mais interessado em enriquecer do que no Bem Comum. Pombal não serviu o País, Pombal serviu-se do País.

Em 1756, Joaquim Toscano foi colocado como soldado raso no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras. O forte era uma das estruturas militares mais importantes para a defesa de Lisboa, mas tinha sofrido danos no terramoto e a tarefa mais importante do momento era a sua recuperação. Em particular da torre do farol que tinha colapsado.

7.

## As Companhias Violentas

As companhias de negócios foram desenvolvidas pelo Pombal, à semelhança das companhias desenvolvidas na Prússia por Frederico II, com a finalidade de regular e controlar a atividade económica.

As companhias encaixavam-se nas políticas mercantilistas da época, com que Pombal se teria certamente familiarizado na Grã-Bretanha durante os sete anos que por lá passou como embaixador de Portugal.

A intervenção do Estado na economia é sempre problemática porque seleciona vencedores e vencidos, gera resistências e revoltas e culmina muitas vezes em violência. Foi isso mesmo que aconteceu com a formação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (CGAVAL) –10/9/1756. A designação da zona demarcada do vinho do Porto deixou de fora muitos agricultores e a manipulação dos preços arruinou muitos mais.

A revolta, porém, viria dos taberneiros e tanoeiros do Porto, que viram as suas atividades comprometidas e que incentivaram um levantamento popular que em fevereiro de 1757 tomou de assalto o edifício da CGAVAL. Os protestos, porém, não se ficaram por aí e prosseguiram no mês seguinte.

Pombal respondeu, com era o seu timbre, com grande violência. Aliás, as companhias deparavam com tanta resistência que alguns autores as crismaram de “Companhias Violentas”.

Por ordenança do Primeiro Secretário de Estado, 3.000 soldados ocuparam a cidade do Porto, instalaram-se nas casas dos portuenses e estes ainda foram obrigados a pagar-lhes o pré. Foi criado um tribunal ad hoc (de alçada), presidido pelo João Pacheco Pereira de Vasconcelos, sendo escrivão da alçada o desembargador José Mascarenhas. Foi também demitido o Senado da Câmara do Porto e encerrada a Casa dos 24, uma guilda dos comerciantes da cidade.

O Joaquim Toscano, na altura com 18 anos, incorporou o regimento de ocupação, na guarda pessoal do presidente da alçada e observou em primeira mão os acontecimentos.

Escusado será dizer que a tropa e os magistrados não beneficiaram da tradicional hospitalidade da invicta, pelo contrário. A população insurgiu-se logo na primeira noite, à porta da casa dos Amorins, onde se tinha instalado o João de Vasconcelos, com grande algazarra e apedrejamentos e “a guarda reprimiu os manifestantes à cutilada”, como relatou mais tarde o meu bisavô à futura mulher. Centenas de manifestantes foram presos.

As inquirições judiciais foram prolongadas e no final condenaram 26 pessoas à pena de morte e cerca de 300 a penas diversas, que se focavam muitas vezes na confiscação de bens (que alegadamente passavam para o Pombal).

As forcas foram distribuídas pela cidade do Porto e os condenados foram enforcados e deixados a apodrecer na forca, para incutir



terror nos portuenses. O meu bisavô contou que foram enforcadas muito mais de 2 dezenas de pessoas e que algumas eram mulheres que tinham sido abusadas pelo desembargador José de Mascarenhas, que depois as despachou com uma corda ao pescoço — infortúnios de que o Marquês de Sade (1740 – 1814) não desdenharia.

Para o Joaquim Toscano estes acontecimentos evocavam o caos de 1755, em que o terror também tinha sido utilizado pelo Pombal para encabrestar a população, certamente seguindo os conselhos do Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), o mestre do sadismo político: «Mais vale ser temido do que amado».

Joaquim Toscano regressaria ao Forte de S. Julião da Barra em setembro de 1758, por altura do atentado a D. José I.

8.

## Todos-os-Santos

Na quarta-feira, dia 1 de Novembro de 1758, três anos depois do terramoto de Lisboa, o Joaquim Toscano tirou a manhã para passear por Belém. Saiu de S. Julião da Barra a cavalo, engalanado no seu melhor fardamento. Parou próximo do Palácio dos Duques de Aveiro, para descansar a montada e contemplar a entrada e saída de pessoas. O seu coração alimentava a esperança secreta de poder cruzar-se com a Maria, uma vez que D. Leonor aí residia. Por volta do meio-dia viu chegar a calèche da marquesa, vinda da missa, e aproximou-se lentamente.

A marquesa vinha elegantíssima, com um vestido negro como pedia a ocasião e um lenço bordado na cabeça, que permitia evidenciar algumas madeixas grisalhas. Tinha na altura 58 anos, mas permanecia formosa e majestática na sua postura. Mal a marquesa saiu da calèche, apareceram duas moças a recebê-la à porta do Palácio.

«Meu Deus, é a Maria» — pensou o meu bisavô, que não ousou aproximar-se mais. A marquesa reparou na sua presença e cochichou algo ao ouvido da Maria que logo se dirigiu a ele.

— Olé! Joaquim, bons olhos o vejam.

— Pensei que me podia cruzar consigo por aqui, como é feriado...

— A Sra. marquesa manda cumprimentos e pergunta se está tudo bem consigo.

— Sim, tudo lhe devo por ter-me recomendado ao Pe. Malagrida, diz-lhe que nunca esquecerei todos os favores. Menina, ficaria muito feliz se me autorizasse a visitá-la por altura do Natal. Maria sorriu, como se estivesse à espera do pedido.

— Eu ficaria muito feliz também, somos sobreviventes de uma grande tragédia e devemos festejar.

— Como é que combinamos?

— Escreve-me uma carta. Nunca ninguém me escreveu — comentou Maria com um sorriso — tenho de ir.

Maria afastou-se a correr. Segurava a saia com as mãos e o seu puxo de cabelo baloiçava com o andar.

Ainda não descrevi o meu bisavô, era um rapaz alto e espadaúdo, de tez clara, cabelos castanhos e olhos cor de mel. A farda fazia-o parecer mais velho, apesar dos seus 19 anos. Joaquim Toscano montou a cavalo e pensou: «No dia de Todos-os-Santos também pode haver milagres».

9

Os ódios do Pombal

No dia 12 de dezembro de 1758, por ordem do Pombal, a guarda real irrompeu pelo Palácio dos Duques de Aveiro, em Belém, e prendeu quase toda a família dos Távoras.

O Sebastião e Melo nutria um ódio de estimaçãO pelos Távoras, uma família aristocrática que ascendia à formação da nacionalidade e que em 1758 era encabeçada pelo conde de Alvor, D. Francisco Assis de

Távora, e pela marquesa de Távora, D. Leonor de Távora. Invejas e ressentimentos pelo reconhecimento e influência dos Távoras foram determinantes para esta nódoa na biografia do Pombal e na história de Portugal.

D. José I, que tinha tomado como amante a “marquesa nova”, D. Teresa de Távora e Lorena, casada com D. Luís Bernardo de Távora, filho de D. Leonor e de D. Francisco, sofreu um atentado a tiro de bacamarte quando regressava às suas tendas da Ajuda, após uma “soirée” com a jovem marquesa, no dia 3 de setembro de 1758.

O Rei foi apenas atingido num braço, sem gravidade, mas o Pombal escondeu o sucedido e subtraiu D. José I dos olhares públicos, enquanto durou a investigação da tentativa de regicídio, que durou cerca de 3 meses.

No dia 12 de dezembro de 1758, Pombal já tinha a teia urdida e a fortuna dos Távoras estava traçada. Foi organizado um tribunal especial, a Junta de Inconfidência, com juízes escolhidos a dedo. Todos os presos foram torturados, nos calabouços da Torre de Belém e

na prisão da Junqueira, até confessarem e D. Leonor foi enclausurada no Convento do Grilo, incomunicável.

A execução das penas constituiu um espetáculo sórdido e abominável, encenado ao detalhe pelo Pombal para ter lugar no dia 13 de janeiro de 1759, na presença de sua Majestade o Rei D. José I, da corte de Portugal e do Primeiro Secretário de Estado, o Sebastião e Melo. A marquesa nova, sentada na assistência, viu o seu marido, D. Luís Bernardo, ter os braços e as pernas partidos, enquanto era garrotado e depois queimado.

Em pleno iluminismo, este circo dantesco era de todo desajustado para a época e demonstra o carácter demoníaco do Pombal. Um criminoso ao leme de uma monarquia absolutista.

10.

Os meus bisavós

O Joaquim Toscano tinha tomado conhecimento da prisão dos Távoras e tentou contactar a

Maria, mas foi impossível porque o Palácio dos Duques de Aveiro estava tomado pela guarda.

No dia 13 de janeiro de 1759, porém, encontrou a Maria em Belém, nas margens do Tejo, de costas voltadas para o cadafalso onde D. Leonor tinha acabado de ser decapitada. Sentou-se mudo a seu lado e segurou-lhe nas mãos crispadas e geladas.

Maria estava em estado de choque, incrédula do espetáculo que o Pombal tinha montado para deleite próprio, da corte real e da populaça. Não corriam lágrimas dos seus olhos, mas chipas de ódio e de vingança.

A “festa” ainda mal tinha começado porque, após a decapitação de D. Leonor, mais 10 execuções teriam lugar, todas com requintes de malvadez, mas a Maria e o Joaquim afastaram-se do local, por serem insuportáveis os gritos lancinantes das vítimas.

Foram caminhando ao longo da margem do Tejo, em direção ao Forte de S. Julião da Barra.

— Também sobrou para nós — desabafou o meu bisavô — assumindo que a Providência tinha cruzado os seus destinos.

— Para nós

— Sim, desde que a vi pela primeira vez, no dia do terramoto, penso que as nossas vidas estavam predestinadas para sermos um. A Maria é a minha cara-metade.

A minha bisavó deu-lhe o braço, que apertou contra o peito e acenou-lhe apenas que sim. Os dias que se seguiram às execuções foram frenéticos. Os restantes familiares e as crianças, que tinham sido poupadas por pedido e empenho da rainha D. Mariana Vitória e da princesa D. Maria Francisca, tiveram de abandonar o Palácio dos Duques, que viria a ser demolido por ordem do Pombal. A Maria ficou a ajudar e podia ter ficado a servir os sobreviventes, mas decidiu abraçar o futuro.

O Joaquim Toscano falou com os donos de uma pensão em Oeiras que precisavam de uma colaboradora e a Maria aceitou o encargo, que vinha com comida, dormida e uma mesada, simbólica, mas vantajosa.



Os meus bisavós começaram a passar os fins-de-semana juntos, a fazer planos e a sonhar com dias mais felizes.

11.

Os jesuítas

A nomeação de Sebastião e Melo para Secretário de Estado por D. José I foi precipitada pela morte de D. João V e, por assim dizer, pela necessidade de virar a página e abraçar novas ideias e projetos. O novo Secretário de Estado contou desde logo com o apoio dos jesuítas, por comungar com eles da oposição ao Tratado de Madrid, que redesenhava o mapa da América do Sul por repartição e acordo entre Portugal e Espanha.

A oposição que os jesuítas, entretanto, desenvolveram contra as forças portuguesas e espanholas na América do Sul, com o apoio dos índios Guaranis, determinou uma mudança de posição do Pombal, que se tornou o líder da oposição europeia à extinção da Ordem dos Jesuítas.

A França acabou por banir a Ordem em 1764, a Espanha em 1767 e Portugal também em 1767, após confronto com o Papa Clemente XIII, expulsão do Núncio Apostólico e ameaça de invasão do Vaticano.

O poder e a riqueza da Ordem dos Jesuítas não deixaram de ser um aspeto importante desta “guerra”, uma vez que todos os seus bens reverteram para a coroa e quiçá para o Pombal.

Joaquim Toscano estava longe destes acontecimentos históricos, mas ficou atónito com a perseguição ao Pe. Gabriel Malagrida, logo após o terramoto, e com a sua prisão a 11 de janeiro de 1759, acusado de conspirar na alegada tentativa de regicídio.

Preso e remetido para os calabouços da Junqueira, Malagrida tinha ensandecido e foi acusado de heresia pelo Tribunal da Inquisição, presidido por um irmão do Pombal; garrotado e queimado na fogueira, no Rossio a 21 de setembro de 1761. Cerca de dois anos depois da tortura e execução dos Távoras.

A execução de D. Leonor de Távora e a do Pe. Malagrida geraram uma revolta profunda no meu bisavô. Ele tinha presenciado a generosidade D. Leonor, logo no dia 1 de novembro de 1755, quando a vislumbrou à porta do Palácio do Campo Pequeno. Foi ela que o acolheu no dia mais trágico da sua vida e foi ela que o recomendou ao Pe. Malagrida. O

Padre Malagrida, por seu turno, era considerado um santo, pelos Lisboaetas, que se prostravam aos seus pés e beijavam-lhe o hábito quando ele passava.

Algo tinha de estar profundamente errado e Joaquim Toscano via a mão do Demónio na conduta do Pombal.

12.

Casamento

O relacionamento dos meus bisavós parecia ter entrado numa fase mais estável, depois das tormentas por que passaram. A Maria continuava o seu trabalho na Pensão Oeiras e,

com o desenrolar do tempo e a sua personalidade afável, era considerada pelos patrões como parte da família.

O Joaquim Toscano, porém, foi mobilizado em 1762 para Abrantes, no exército comandado pelo Conde de Lippe, para combater a invasão franco-espanhola.

A Guerra dos Sete Anos, como ficou designada, viria a terminar para Portugal com o armistício de 1 de dezembro de 1762. Joaquim Toscano regressou a Lisboa e propôs casamento à minha avó que viria a realizar-se no Forte de S. Julião da Barra, na manhã do dia 24 de dezembro desse ano.

O casamento foi oficiado por um padre jesuíta, amigo do Malagrida, que estava degredado no forte por ordem do Pombal.

Oficializada a relação, os meus avós alugaram um quarto na Pensão Oeiras, que se tornou na sua residência.

A carreira do meu bisavô prosseguiu na guarda pessoal do Conde de Lippe, até 1764, sendo depois transferido para a guarda de D. José I. Em dezembro de 1765, os meus avós tiveram a primeira filha, que chamaram Leonor.

13.

### Vila Viçosa

No dia 3 de dezembro de 1769 ocorreu um episódio que viria a transformar a vida do meu avô e, como irei relatar, a história de Portugal. D. José I tinha acabado de sair do Palácio de Vila Viçosa para uma caçada, quando foi atacado, na passagem pela porta do Nó, por um indigente armado de forquilha. O fulano, chamado João de Sousa, tinha saído do exército por doença mental e queixava-se de que lhe tinham arrestando um burro; questão de Estado portanto.

Vai daí, arma-se de forquilha e ataca o chefe de Estado, o Rei, que seguia a cavalo e que se

esquivou do golpe guinando a montada para fora do alcance do potencial regicida.

O meu bisavô, que escoltava a pé, atrás de sua majestade, atirou-se de imediato sobre o burriqueiro alucinado, caindo os dois para o chão. Na contenda, um dos dentes da forquilha atravessou-lhe o braço esquerdo, enquanto o delinquente escabujava, antes de ser imobilizado por outros membros da escolta.

Sua majestade desmontou para averiguar da situação, olhou para o Joaquim Toscano e disse-lhe:

— O meu Reino precisa de mancebos como tu, como te chamas?

— Vossa Majestade, o meu nome é Joaquim.

— Não te conheço da minha guarda...

— Estou a substituir o guarda Rendeiro, que está doente.

— Pois vais entrar para a Guarda Real, a partir de hoje. E vais receber uma mercê pela tua coragem e espírito de sacrifício. Quando estiveres sarado apresenta-te à Guarda Real, na Ajuda.

O meu bisavô curvou-se num gesto de agradecimento e D. José afastou-se para prosseguir a caçada.

14.

Nova vida

A entrada do meu avô para a Guarda de D. José I foi uma mudança radical para a família Toscano. O salário aumentou e o Joaquim Toscano ainda recebeu uma mercê de 100.000 Reis pela sua atuação decisiva, durante o atentado perpetrado pelo Joaquim de Sousa, que salvou a vida de Sua Majestade.

Com essa pequena fortuna, a família adquiriu a Pensão Oeiras, onde trabalhava a minha bisavó. Os proprietários estavam velhotes e queriam regressar a Mirandela, a sua terra natal. Instalou-se, porém, um certo mal-estar porque a Maria não via com bons olhos o novo posto do marido.

— O Rei é um facínora, como o Pombal — dizia-lhe a minha bisavó.

— Maria, os militares invejam estes postos. É melhor que viver nos quartéis — respondia-lhe o meu bisavô.

— Estás ao serviço de uma corja de bandidos!

— É o país que temos, queres emigrar? Temos uma boa vida, com estabilidade, segurança.

Tomaram muitos fidalgos!

— Viste a cara de pau do Rei quando D. Leonor foi decapitada? Ali na primeira fila, ao lado da amásia.

— Os Távoras montaram o atentado, que esperavam? Quem atenta contra o Rei tem de o matar ou sofre as consequências.

— Que mal fez a minha senhora? Uma santa...

Joaquim Toscano abanava a cabeça. É verdade que D. Leonor era uma santa e que não merecia aquele fim, mas não há paraíso na Terra. A justiça é a ditadura dos mais fortes.



15.

1770

Em 1770, D. José I outorgou o título de Marquês de Pombal ao Sebastião e Melo, que era então Conde de Oeiras, pelos “altos serviços” prestados à coroa portuguesa.

A carreira explosiva do Pombal tinha atingido o seu apogeu. Era senhor de uma fortuna incalculável, mandava como ditador absoluto por “procuração real”, exercia influência em toda a Europa e era temido pelos seus adversários.

O enriquecimento do Marquês de Pombal era fruto de roubos, chantagens, apropriações indevidas, prisões arbitrárias e até assassínios. Sebastião e Melo, o rufia das ruas de Lisboa, tinha usurpado o poder absoluto de D. José I e, em benefício próprio, tinha-o exercido como bandido que era.

O leitor mais incauto perguntar-se-á se o comportamento do Pombal não seria

emblemático dos governantes do século XVIII e se, na realidade, o que conta não serão os resultados da governação.

As respostas a estas questões são muito claras. Não, o comportamento do Pombal era execrável, mesmo para os padrões da época. E Pombal estava a deixar o País de tanga, com as companhias violentas e a sua megalomania. Um cabrão, com uma governação de esterco.

Pouco depois da sua elevação a Marquês, o Pombal requisitou o meu bisavô para a sua guarda pessoal e concedeu-lhe o posto de capitão do regimento de dragões.

Estes cargos eram normalmente atribuídos a nobres, mas Pombal, desde a execução dos Távoras, receava a vingança da alta aristocracia e deu preferência ao meu bisavô, que servia há um ano na Guarda Real, com grande distinção.

16.

## Desavenças familiares

Joaquim Toscano deixou passar algum tempo até revelar à mulher o seu novo cargo. Receava a reação da Maria, pelo ódio que esta nutria contra o Pombal, mas chegou a altura em que era necessário assumir a realidade.

— Maria, ainda não te disse que fui requisitado pelo Pombal para comandar a sua guarda pessoal, como capitão do regimento dos dragões.

Maria levantou-se e virou-lhe as costas.

— O que é que querias que eu fizesse? Julgas que se pode dizer que não ao Primeiro Secretário de Estado?

Maria não lhe respondeu.

— É uma honra que me conferiram, confiam em mim!

— Joaquim, entraste para um bando de criminosos. Assassinos, ladrões, a escória social

— Respondeu-lhe finalmente a Maria —  
passaste a ser da mesma igualha.

— Cala-te, não queiras morder a mão que nos  
alimenta.

— És um colaboracionista, um esbirro de  
mafiosos — desabafou a minha bisavó.

— Eu sou um militar de carreira!

— Tu não és o mesmo que eu conheci no dia 1  
de novembro de 1755. Nem és o mesmo que se  
sentou comigo na margem do Tejo, no dia 13 de  
janeiro de 1759. Tu és militar ou és cego, surdo  
e mudo? Não tens moral? Ainda te consideras  
cristão?

17.

Maria Toscano

A minha bisavó tinha nascido em Moncorvo e  
veio para Lisboa com a família 2 anos antes do  
terramoto. Aos 14 anos começou por servir a  
família Távora; acompanhava D. Leonor de  
Távora na ronda da caridade, como lhe chamava  
a marquesa, que era alimentar os pobres

desabrigados da cidade. Levavam comida, roupas usadas e mantas.

A marquesa era generosa para com os necessitados, mas mantinha o seu porte altivo e distanciado. Por vezes repreendia alguns mendigos, por se expressarem de forma rude ou por darem sinais de embriaguez.

Poucos conheciam esta faceta de D. Leonor e a marquesa não fazia alarde das suas obras de caridade.

— Maria, — dizia-lhe a nobre dama — faz o bem e não olhes a quem! E nunca te gabes disso.

No palácio, a marquesa organizava serões musicais e por vezes convidava cantores de ópera. O edifício da Ópera de Lisboa tinha colapsado com o terramoto e esta era a única maneira dos nobres se deslumbrarem com o “belo canto”. A minha bisavó “acompanhava” estes eventos e encantava-se com a música de Bach e Handel, que eram os seus favoritos.

Na ausência de uma educação formal, a presença de modelos sociais, como a marquesa de Távora, transmitiam conhecimentos e sobretudo davam exemplo.

— Não nos devemos dobrar seja a quem for — dizia a marquesa — temos de ter coluna vertebral. Especialmente as mulheres, porque pensam que somos mais fracas.

18.

Joaquim Toscano

O meu bisavô tinha nascido em Lisboa e viveu com a mãe até ficar órfão, no terramoto de 1755.

Já contei como passou brevemente por um colégio de jesuítas e ainda com 16 anos ingressou na carreira militar.

Começou por ficar aquartelado no Forte de S. Julião da Barra, onde ajudou à reconstrução. Serviu de imediato de alguns oficiais, especialmente quando estes se deslocavam e,

mais tarde, foi colocado em Abrantes – durante a invasão franco-espanhola.

O Pombal tinha negligenciado completamente o exército e viu-se obrigado a pedir aos ingleses um comandante militar para reorganizar as tropas e as comandar durante a Guerra dos Setes Anos, que acabou por nos envolver. Quem veio desempenhar esta tarefa foi o Conde de Lippe, que D. José I promoveu a Marechal-General e a quem viria a outorgar o título de Marquês.

O Joaquim Toscano tinha-se destacado pela sua lealdade e coragem e acabou por integrar a guarda pessoal do Conde de Lippe. Experiência que lhe permitiu, depois do atentado de Vila Viçosa de 1769, chegar à Guarda Real.

O Pombal fogueou-o para capitão dos dragões da sua guarda, por toda esta experiência e dedicação.

Enquanto a minha bisavó era “dura de roer”, o meu bisavô encaixava-se com facilidade em qualquer organização e era admirado pelos companheiros.

Alguns acontecimentos, porém, iriam despertar-lhe o ódio ao regime e em particular ao Pombal. A violência que se seguiu ao terramoto, a revolta dos taberneiros e o terror com que o Secretário de Estado oprimiu a cidade do Porto, deixaram marcas no Joaquim Toscano.

Determinante, porém, foi a execução de D. Leonor de Távora e mais tarde do Pe. Gabriel Malagrida. Sem esquecer a perseguição aos jesuítas e a ameaça de liquidar o Papa Clemente XIII. A monarquia, que de facto era o Pombal, tinha violado tudo o que lhe era possível imaginar

— Olha a D. Leonor — dizia-lhe a mulher — as suas última palavras foram ordens para o algoz: “Não me descomponha”. Mais vale morrer de pé do que viver de joelhos.

De qualquer modo, o Marquês não tinha oposição visível e a tragédia da sua governação estava para durar. Aos 70 anos, o Pombal não dava sinais de abrandar o seu frenesim destruidor.



19.

## A vida em Lisboa em 1765

Como era a vida em Lisboa dez anos depois do terramoto? Muito suor e lágrimas e ainda muito sangue derramado inutilmente.

O terror e a superstição tinham assentado âncora na alma dos portugueses. Castigo divino ou não, a verdade é que tudo pode acabar de um momento para o outro, sem dó nem piedade. O terror tinha-se tornado paralisante e permitiu que um oportunista como o Pombal se transfigurasse no Salvador.

A intervenção do Estado passou a controlar todos os aspectos da vida dos Lisboetas. A reconstrução de Lisboa iria ser um exemplo para o mundo e imortalizar o “divino” Marquês; muito mais sanguinário do que o verdadeiro Divino Marquês de Sade, seu contemporâneo e inimigo, por ter combatido, como coronel do exército francês, durante a Guerra do Sete Anos.

O messianismo da cultura portuguesa, que se tinha exprimido, após a derrota de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir (1578), no chamado sebastianismo, encontrava agora melhor intérprete no Pombal – O Salvador.

O projecto de reconstrução da cidade mal tinha ainda começado, pela imposições do Pombal, pela burocratização de todos os processos e pela necessidade de integrar “a visão quadrada” do Marquês. A baixa teria de ser quadrada, perfeitamente homogénea, sem varandas nem florais, nem brasões.

O povo permanecia aquartelado, em tendas ou a monte, em espaços exíguos e insalubres. Obrigados a trabalhar por baixos salários e impedidos de abandonar a cidade.

«Manda quem pode e obedece quem deve» era o lema do século XVIII em Portugal, tão longe do iluminismo, que era vítima da censura do Pombal.

## O assassinato do Pombal

No dia 6 de setembro de 1771 o Marquês de Pombal foi vítima de um atentado, quando tinha acabado de sair de reunião com D. José I, nas tendas da Ajuda. Seguiu na carruagem, com o capitão da guarda Joaquim Toscano a seu lado e com uma escolta de dragões a pé, quando um mendigo esfarrapado lhe atirou com um paralelo de pedra.

O pedregulho atravessou as cortinas da carruagem e caiu nos pés do marquês que se vergou com a dor violenta.

Nesse momento, o meu bisavô agarrou no paralelo e, aproveitando a postura do Pombal, desferiu-lhe um violento golpe na cabeça que lhe abriu o crânio e provocou morte imediata. Joaquim Toscano sentou o corpo inerte do Pombal, enxugou-lhe o rosto com um lenço e sem demora saiu da carruagem.

O energúmeno tinha sido detido pelos dragões, mas continuava agitado, com convulsões e a espumar pela boca. O capitão ordenou aos guardas que o fizessem ajoelhar, desembainhou a sua espada e decapitou-o, com um golpe certo e poderoso.

— Atentar contra um Secretário de Estado é atentar contra a monarquia e não tem perdão — disse, enquanto segurava a cabeça do pobre desgraçado.

Pronto, o Joaquim Toscano regressou à Ajuda para informar Sua Majestade do sucedido. D. José ficou estarecido, enalteceu a atuação do meu bisavô e retirou-se. Na semana seguinte convocaria o Conselho de Estado.

21.

O lenço

Joaquim Toscano dirigiu-se a casa, fechou-se com a mulher num aposento e deu-lhe a boa nova:

- O Marquês de Pombal acabou de morrer.
- O quê? Espero que tenha sofrido — começou por dizer a mulher.
- Maria, o que te vou contar é um segredo que tem de morrer connosco...

O meu bisavô contou-lhe todos os detalhes do atentado: o mendigo enlouquecido, o pedregulho que caiu nos pés do Pombal e o momento em que agarrou o futuro com as próprias mãos.

- Ouvi uma voz na minha cabeça, parecia a voz do Malagrida, que me disse: «Mata esse Demónio»! — peguei no paralelo e esfacei-lhe o crânio.

O Joaquim Toscano tirou do bolso o lenço de seda branco que tinha usado como sudário no rosto do marquês e exibiu-o para a mulher. Maria contemplou-o e exclamou:

- É o rosto do Demónio. Joaquim, és o meu herói!
- Não nos podemos acobardar perante alguém que só semeou desgraça na alma dos

portugueses. Demorei mais do que tu a perceber o que se estava a passar, mas acordei e aproveitei esta oportunidade. Foi a mão de Deus que chamou o Pombal à Sua presença.

22.

D. José I

D. José I (1714 – 1777) ficou para a história com o cognome de Reformador. Nunca representou bem o seu majestático papel e acabou por entregar a um charlatão as rédeas do seu poder absoluto. Nesse sentido assenta-lhe bem o cognome, mas só considerando que reformou para muito pior.

O poder dos monarcas absolutos é, apesar de tudo, limitado e controlado pelas suas cortes. Pelos duques e marqueses que se pavoneiam à volta das cabeças coroadas e que disputam interesses antagónicos. O monarca equilibra esses interesses e sabe que a sua sobrevivência depende desse jogo.

O Pombal acabou com esse equilíbrio, espalhando o terror na corte. Digamos que foi o absolutista dos absolutistas, o que chamam “ditador iluminado”. A sua ditadura, porém não nos iluminou. Pelo contrário, fez-nos regredir à barbárie da idade das trevas, como atestaram os cadáveres a apodrecer nas forcas ou a execução dos Távoras.

O terramoto deixou o Rei mentalmente incapacitado, espavorido de medo e à procura de um Salvador. E esse alegado Salvador apareceu na figura do Pombal.

Decorridos mais de 100 anos sobre o terramoto, os portugueses moldaram-se a D. José I — medrosos, supersticiosos e constantemente à procura de salvadores. «O fraco rei faz fraca a forte gente» — Luís de Camões.

Logo após a morte do Pombal, a rainha D. Mariana Vitória e a princesa D. Maria Francisca assumiram mais influência junto do Rei e foram responsáveis por uma viragem do regime político que iria ser conduzida pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira e pelo marquês de Angeja.

23.

## A Viradeira

Com a morte do Pombal começaram de imediato as mudanças políticas a que o povo chamou “A Viradeira”. A alta nobreza, afastada dos centros de poder, preencheu o vazio que o Primeiro Secretário de Estado deixou.

A primeira e a mais simbólica de todas as Providências foi a libertação dos presos políticos, que em 1771 eram às centenas, distribuídos pela Torre de Belém, pelo Bugio, pela prisão da Junqueira e até pelo Forte de S. Julião da Barra, que recolhia dezenas de jesuítas.

Quando a Bastilha foi tomada pelos insurgentes, a 14 de julho 1789, residiam lá apenas 7 prisioneiros (eram 8, mas o Marquês de Sade tinha sido transferido no dia anterior), isto para comparar com os excessos do Pombal.



Acresce que nas referidas prisões lisboetas as condições eram tão deploráveis que poucos eram os que sobreviviam com a saúde intacta.

A maior parte dos condenados foi perdoada e até a família Távora teve direito a um novo julgamento que os inocentou.

A estrutura do aparelho de Estado, porém, manteve-se quase intacta. A Inquisição, agora sob a alçada real, manter-se-ia até 1821 e Pina Manique, um homem de mão do Pombal, ainda foi promovido a Intendente-geral da Polícia da Corte e do Reino. Como se diz: os governos mudam, mas a polícia fica.

O que se passou, de facto, foi uma pequena descentralização do poder, que estava centrado no Pombal e que agora era distribuído por algumas cabeças, como se de uma hidra se tratasse.

Sob o ponto de vista económico, quase todas as “companhias violentas” foram extintas, até porque estavam a travar o desenvolvimento económico. Nesse aspeto, agricultores,

pequenos empresários e comerciantes,  
puderam respirar um pouco menos sufocados.

Não mencionei nada sobre o funeral do marquês, que foi remetido para a cidade de Pombal e que muito pouca assistência teve. A nobreza tinha-lhe ódio e o povo desprezo.

Quando o esquife passou nas ruas da cidade, as pessoas viravam-lhe as costas e muitos ostentavam um cravo vermelho ao peito, por tanto sangue que Pombal derramou.

A Guarda Real foi confiada a um oficial da alta nobreza e o meu bisavô reformou-se do exército, com uma comenda do Rei Reformador.

24.

Brasil

Com 33 anos, reformado do exército e com mulher e uma filha, a Leonor, o meu bisavô partiu para o Brasil. Em Portugal só lhe restava explorar a Pensão Oeiras e contemplar o passado agitado a que tinha sobrevivido. O

Brasil, era para os Portugueses, o Portugal do futuro.

No Rio de Janeiro, o casal Toscano adquiriu uma Estalagem que floresceu graças à procura de viajantes e comerciantes, impulsionada pelo ímpeto colonizador. A transferência da sede do governo colonial, de Salvador da Baía para o Rio de Janeiro, em 1763, também aumentou a procura de alojamentos hoteleiros.

O sucesso comercial permitiu à família inaugurar mais duas estalagens no Rio de Janeiro até 1800. Como tantos emigrantes portugueses, a família Toscano enriqueceu e adotou a sua nova pátria, que era ainda uma colónia portuguesa.

Seguindo o percurso dos meus antepassados — a minha avó Leonor teve dois filhos, a Inês e o Pedro. A Inês, que viria ser a minha mãe, nasceu a 12 de novembro de 1822 (uma data fácil de recordar).

Eu sou a Mariana, carioca de gema, nasci em 1849 e regressei a Portugal em 1870.

Todas as famílias têm as suas tradições, os seus orgulhos e as suas mágoas. A minha família tem um lenço, que passou de geração em geração e um passado de que nos orgulhamos. O meu bisavô serviu a pena de morte ao maior carrasco da história de Portugal e poupou a vida a milhares de portugueses.

25.

### Arquivo Público do Império

Um ano antes de regressar a Portugal conheci por mero acaso, no Arquivo Público do Império, uma portuguesa, do Porto, que tinha emigrado para o Brasil em 1866, a Carol.

A Carol que tinha casado com um escritor brasileiro, tinha um profundo interesse pela literatura portuguesa e inglesa e estava no Arquivo a fazer pesquisa bibliográfica para o marido.

— Bom dia, você é portuguesa?

— Sou sim, do Porto — respondeu-me a Carol.

— Bem-vinda ao Brasil. O meu bisavô emigrou para o Brasil há quase 1 século, depois da morte do marquês de Pombal — respondi-lhe.

— Credo, já sois mais brasileiros do que portugueses...

— A minha mãe nasceu no dia da independência do Brasil — disse-lhe.

— Coincidências, não é? Sabe que aqui no Arquivo têm o processo dos Távoras?

— Não posso crer!

— Devia ser muito importante porque vinha com o espólio que D. Maria I trouxe para o exílio. Ou era muito importante, ou foi loucura

— Carol sorriu, porque a rainha tinha granjeado o cognome de “Louca”.

— Acha que posso consultar?

— Claro, tem de requisitar, mas é público. Despedimo-nos e eu solicitei a consulta do processo dos Távoras.

26.

O processo

Os autos originais do processo dos Távoras (1758 – 1759) e o recurso apresentado pelo

marquês de Alorna, estão de facto arquivados no Brasil.

O acervo consta de milhares de páginas manuscritas, assinadas pelos intervenientes, onde ressalta a assinatura do Pombal, que esteve presente em quase todos os interrogatórios e que conduziu os trabalhos. Os arguidos confessaram, sob tortura, terem participado na tentativa de regicídio e foram condenados à morte. O rigor das execuções, porém, ultrapassou tudo o que era aceitável para a época: «*Ainda vivos, tiveram os ossos dos corpos quebrados ou arreventados por marretas e martelos, foram degolados ou tiveram os corpos presos a rodas*» e por fim foram “cremados” e os seus restos mortais atirados ao Tejo.

Os autos do recurso (1777 – 1790) são pungentes e esclarecedores. O Pe. José da Costa, por exemplo, amigo de um dos juizes que julgaram o caso, «*contou que este lhe confessara que foi obrigado a assinar a sentença sem conhecer de seu conteúdo, justamente pelo medo que tinha do secretário de D. José I*».

As serviçais do Palácio dos Duques de Aveiro atestaram que «*na noite de 3 de setembro de 1758, se preparava na casa da mesma duquesa vestidos e máscaras, e se ensaiavam contradanças, para irem a umas festas nas quais entrava Luís Bernardo de Távora que sempre levava consigo o Rebeca André, e viu ela testemunha que na noite em que se disseram feitos os ferimentos ao acender das luzes, pouco mais ou menos fora o dito Luís Bernardo, com o referido Rebeca e aí dançaram até depois da meia-noite, sem que daí saíssem, o que tudo presenciara a família da casa. Pelo que quando lhe disseram que o dito Luís Bernardo padecera por causa dos mencionados ferimentos, assentava que esta não podia ser a causa por ele ter estado aí até depois da meia-noite, e mais não disse*». (Actas do processo).

Ou seja, todo o processo foi urdido pelo Pombal, à margem da lei e dos métodos judiciais em vigor. As confissões foram extraídas por tortura, e, mais tarde, novos testemunhos inocentaram os Távoras.

Quantas mais vítimas teriam sucumbido à sede de sangue do Pombal, se o Joaquim Toscano não lhe apressasse o julgamento de Deus?

27.

Lisboa

Fiz questão de estar em Lisboa no dia 6 de setembro de 1871 para celebrar o assassinato do Sebastião e Melo. Não tenho qualquer dúvida que Portugal e a Europa beneficiaram do ato corajoso do meu bisavô Joaquim Toscano.

O Pombal foi um criminoso corrupto que enriqueceu à custa da miséria que espalhou pelo País. “Roubou, mas deixou obra”? Não, as suas políticas mercantilistas, através das companhias violentas, concentraram o poder nas mãos de poucos, especialmente das suas, enquanto o povo passava fome.

A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, arruinou os pequenos agricultores, tanoeiros e taberneiros



do Porto e suscitou uma revolta que foi reprimida com máxima violência.

Gabam-lhe ter suprimido a Inquisição, mas o que fez foi subjugar-la e pô-la ao serviço do Estado, isto é: ao serviço da sua ambição de poder. Pombal acossou a religião, mas sacralizou o Estado.

A perseguição dos jesuítas, com certeza motivada por interesses económicos, acabou por privar a população dos colégios que a ordem administrava, atrasando a luta contra o analfabetismo. A censura implacável também isolou os portugueses das correntes iluministas do século XVIII.

Por fim, a sua visão tacanha da jurisprudência, impôs uma visão fundamentalista do absolutismo monárquico: a vontade do Rei passou a ser a Lei suprema da nação.

Na manhã deste dia 6 de setembro de 1871 fiz questão de passar por alguns pontos históricos de Lisboa.

A Praça do Comércio está recuperada, mas o plano do Pombal para edificar todo o espaço até ao Rossio foi travado a tempo. A reconstrução acabou entregue aos antigos proprietários e investidores, que edificaram a seu gosto. Há varandas, floreiras e pequenas praças com esplanadas que criam aprazíveis espaços de convívio.

Segui a pé até Belém e parei no sítio onde ficava o Palácio dos Duques de Aveiro. No local, chamado Beco do Chão Salgado, há um marco mandado erigir por D. José I, com a seguinte inscrição:

*«Aqui foram arrasadas e salgadas as casas de José Mascarenhas, exautorado das honras de Duque de Aveiro e outras, condenado por sentença proferida na suprema junta de inconfidência em 12 de Janeiro de 1759. Justificado como um dos chefes do bárbaro e execrando desacato que na noite de 3 de Setembro de 1758 se havia cometido contra a real e sagrada pessoa de D. José I. Neste terreno infâme se não poderá edificar em tempo algum.»*

Passei pela Torre de Belém e sentei-me na margem do Tejo. No dia 13 de janeiro de 1759, os meus bisavós encontraram-se aqui e decidiram unir as suas vidas. Eram sobreviventes da grande tragédia de 1755 e do terror que lhe sucedeu, não ficaram à espera de salvadores, decidiram o seu próprio destino.

28.

D. Luís I (1838 – 1889)

A situação política em Portugal tinha passado por períodos muito complicados, que determinaram a fuga da família real para o Brasil em 1807. Não faltaram invasões e até uma guerra civil que opôs liberais e absolutistas.

Uma coisa é certa, tanto os liberais (apoiados pela maçonaria) como os absolutistas (apoiados pela aristocracia) tinham pouca consideração pelo povo, que consideravam uma casta inferior, incapazes de compreender os altos interesses e desígnios da nação.

O ministro Fontes Pereira de Melo empenhou-se na modernização do país, apostando na via-férrea e nas estradas, mas não tiveram lugar mudanças estruturais que nos aproximassem da Europa. A maioria da população persistia numa economia de sobrevivência.

D. Luís I era um homem culto, interessado pela literatura portuguesa e inglesa. Foi o primeiro a divulgar, em Portugal, as traduções de obras de Shakespeare. É evidente, contudo que não tinha nascido para a política e que o seu reinado acabou por ser um período de grande estagnação.

Na tarde do dia 6 de setembro de 1871, terminei o meu passeio pelos lados do Alto da Ajuda, onde D. José I instalou a Real Barraca, próximo, portanto, do local onde o Sebastião e Melo foi terminado.

Tirei o famoso lenço da minha bolsa, com o focinho do demónio e fiquei a meditar, quando fui abordada por um cocheiro.

— A Sr<sup>a</sup>. precisa de ajuda? — disse-me.

— Não, cheguei há pouco tempo do Brasil e estou para aqui a pensar como Portugal deve estar diferente.

— Diferente está minha senhora, mas para os pobres não mudou nada. É só gatunagem.

— Não vivem melhor?

— Não! Sabe que mais? Precisamos é de um Pombal que venha meter esta corja na ordem. Eu sou o primeiro a erguer os cadafalsos.

FIM

## **POSFÁCIO**

É difícil imaginarmos o impacto do terramoto de 1755. Algo de imprevisível, mas tenebroso. Um abalo que reverberou na alma dos portugueses e que questionou a crença num Deus misericordioso.

Dezenas de milhares de mortos, o caos provocado pelo tumulto da terra, da água e do fogo. A retaliação dos Deuses pagãos, vingativos

e incontroláveis, sobre o Deus encarnado em Jesus Cristo, o Deus do Bem e do Amor.

Que sacrifícios nos exigem estes Deuses primitivos? Que oferendas apaziguarão os seus desígnios? De que sobras de dignidade ainda dispomos para oferendas? Sem tetos, nem alimentos, sem família e sem amigos; tantos mortos e outros tantos incapacitados.

Sobra a LIBERDADE! Se a rendermos, talvez Dioniso se sinta saciado. Talvez Apolo emerja e o Sol brilhe de novo. Mas quem é que inspirará a ordem?

Infelizmente não há Deuses na Terra, apenas homens. Tão imperfeitos e cruéis como o mundo que os gerou. Mas no nevoeiro da tragédia é fácil sonhar com a bondade, quando à nossa volta só vê crueldade.

Os impostores não tardam a aparecer, quando os procuramos de mão estendida e Pombal foi essa figura que prometia tirar-nos do caos, mas

que só nos afogou num terramoto político e social, banhado de sangue e de terror.

Neste século XXI, os portugueses poderão ainda transportar as feridas do terramoto e o efeito das Providências fatais do Ditador das Trevas?

A pergunta não é retórica. Eventos como o terramoto deixam marcas que passam de geração em geração, talvez por hereditariedade epigenética ou apenas por processos culturais.

O medo de arriscar, o medo de viver, a superstição e um certo pessimismo que é o nosso fado.

Por outro lado, a máquina de poder montada pelo Pombal poderá ter perdurado até à atualidade?

Em termos de hipótese, respondo afirmativamente às duas perguntas que formulei. Sim, ainda podemos transportar feridas psicológicas do terramoto e estigmas da ditadura pombalina.

Como explicar de outro modo, duas importantes dimensões culturais identificadas pelo Geert Hofstede, em que Portugal está nos extremos:

1. Aversão ao Risco (AR)
2. Distância ao Poder (DP)

Os portugueses eram conhecidos por serem aventureiros e desafiarem o tenebroso Mar Oceano. O que é que revirou a nossa cultura? 1755?

A DP mede a tolerância aos abusos do poder. Como é que se instalou? Talvez Síndrome de Estocolmo, quando somos sequestrados por um déspota.

Acresce que a filosofia pombalina que atribuía ao rei preponderância sobre a Lei, perdura até aos nossos dias na figura do Estado.

Em Portugal, no século XXI, os portugueses não são cidadãos de pleno direito, ainda são súbditos do poder discricionário do Estado. O Pombal sacralizou o Estado e quem se revolta é um herege que tem de ser cancelado.



Que fazer?

Em relação aos estigmas do terramoto, é necessário adotarmos uma postura utilitarista. Devemos viver como se a vida fosse eterna, sabendo que pode acabar a qualquer instante. Cabe aos filósofos (que não temos) passar esta mensagem.

Em relação à Síndrome de Estocolmo: É necessário matar o criminoso e recuperar a nossa liberdade. Mais vale morrer de pé do que viver de joelhos!

Não há Salvadores, nem homens Providenciais, nem Ditadores Iluminados. Essa figura patriarcal tem de ser morta na nossa psique. Foi isso que pretendi ilustrar com a morte literária do Pombal, no dia 6 de setembro de 1771.

Heróis são os que matam os tiranos e reconquistam a liberdade perdida.

## TIMELINE

1755 Terramoto de Lisboa

1756 Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

1757 Sublevação no Porto

1758 Atentado a D. José I

1759 Execução dos Távoras

1761 Execução do Pe. Gabriel Malagrida

1762 Assinatura do Armistício da Guerra do Sete Anos

1767 Ordem dos Jesuítas é banida

1769 Atentado de Vila Viçosa a D. José I

1770 D. José I outorga título de marquês a Pombal

1771 Atentado à pedrada ao Marquês de Pombal

### **1771 Morte literária e ficcional do Marquês de Pombal**

1777 Morte de D. José I

1807 Fuga da família real para o Brasil

1881 Fim da Inquisição em Portugal

1882 Independência do Brasil

## LEIRURAS DE REFERÊNCIA

### **Perspectiva histórica**

O TEMPO DE POMBAL (1750-1777)

Ramos, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalo. História de Portugal (p. 461). Esfera dos Livros. Kindle Edition.

### **Perspectiva jornalística**

POMBAL AND THE KING: A DUET IN  
MEGALOMANIA

Page, Martin. First Global Village. CASA DAS LETRAS. Kindle Edition.

### **Perspectiva literária**

A MARQUESA DE TÁVORA

Branco, Camilo Castelo. Perfil do Marquês de Pombal . Alêtheia Editores. Kindle Edition.